



LL
Nº 70022655187
2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE ÓRGÃO ESPECIAL
INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 70022655187 COMARCA DE PORTO ALEGRE

PARTIDO DEMOCRATICO PROPONENTE
TRABALHISTA PDT

MUNICIPIO DE COLORADO REQUERIDO

CAMARA MUNICIPAL DE REQUERIDO
VEREADORES DE COLORADO

EXMO SR PROCURADOR GERAL INTERESSADO
DO ESTADO

DECISÃO

Vistos.

Nesta fase de cognição sumária e solução provisória, estou convencido de que a Lei nº 694, de 19 de abril de 2007, do Município de Colorado, a qual “proíbe a contratação de parentes para cargos em comissão e funções de confiança” (fl. 10), por vício de iniciativa, viola frontalmente o contido nos arts. 8º, 10 e 60, II, ‘b’, da Constituição Estadual.

Diante disso, defiro a medida cautelar perseguida, com a suspensão liminar dos efeitos da mencionada Lei Municipal, uma vez que se encontram presentes a relevância jurídica do pedido e o “periculum in mora” ou, mesmo, a conveniência da apontada suspensão, diante das circunstâncias

Notifiquem-se o Senhor Prefeito Municipal e a Câmara Municipal, esta através de seu Presidente, para que, no prazo de trinta (30) dias, apresentem as informações que entenderem necessárias.

Cite-se, com prazo de quarenta (40) dias, a Senhora Procuradora-Geral do Estado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA




LL
Nº 70022655187
2007/CÍVEL

Oportunamente, dê-se vista ao Senhor Procurador-Geral de
Justiça.

Intime-se.

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2007

DES. LEO LIMA,
Relator

 <p>Confere Original eletrônico www.tjrs.gov.br</p>	<p>Número Verificador: 7002265518720071692139</p> <p>Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:</p> <p>Signatário: LEO LIMA Nº de Série do certificado: 45F66753D2DAF3E0 Data e hora da assinatura: 20/12/2007 15:13:38</p>
---	---